



08 de 2010

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
GABINETE DO DEPUTADO JOÃO MÁDISON**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 13, DE 08 DE JULHO DE 2010.**

***“Dispõe sobre a atribuição de Título de Cidadão Piauiense ao Bacharel Dr. Francisco Cesar Asfor Rocha”***

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ.**

**FAÇO** saber que o Poder Legislativo, na conformidade do disposto no art. 27, inciso V, alínea “g” do Regimento da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí aprovou e eu, em obediência ao contido no art. 19, inciso VI, alínea “j”, do mesmo Regimento, promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO:**

Art. 1º - Fica atribuído o Título de Cidadã Piauiense, ao *Bacharel Dr. Francisco Cesar Asfor Rocha*, pelos relevantes serviços prestados à comunidade piauiense.

Art. 2º - A entrega da honraria será feita em sessão solene da Assembleia Legislativa.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data da sua publicação.

**SALA DAS SESSÕES, Palácio Petrônio Portella, em Teresina (PI), 08 de Julho 2010.**

  
**JOÃO MÁDISON NOGUEIRA**  
Deputado Estadual

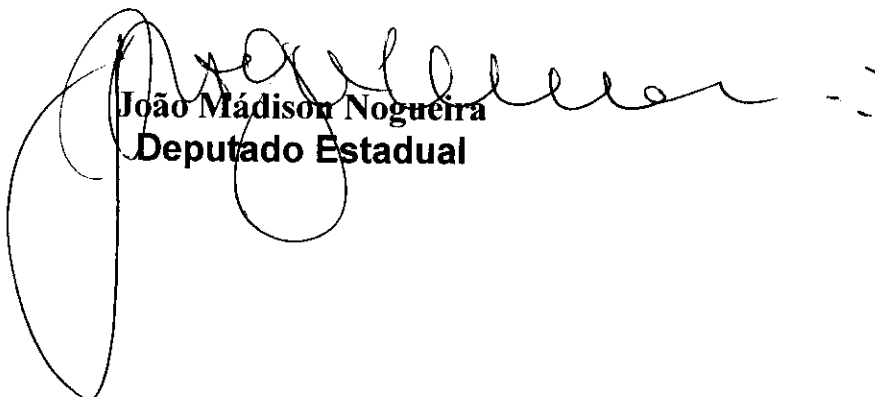
## JUSTIFICATIVA

A homenagem que ora se propõe à pessoa do ilustre jurista Francisco Cesar Asfor Rocha, é daqueles atos que se impõe pelo mérito da invejável carreira profissional de dedicação e experiência na área do Direito. Fato comprovado em sua trajetória de vida que contempla conquistas, vitórias, dificuldades e determinação em prosseguir para o fiel cumprimento das Leis e a proteção dos Direitos do Cidadão Brasileiro. Francisco Cesar Asfor Rocha é natural de Fortaleza/CE, nasceu em 5 de Fevereiro de 1948, filho de Alcimar Aguiar Rocha e Sírnia Maria Asfor Rocha, com formação acadêmica em Bacharel em "Ciências Jurídicas e Sociais", pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, em 1971, tendo sido o Orador da Turma, por concurso e posterior aprovação pelos Colegas. Curso de Especialização em Teoria Geral do Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. Mestre em Direito Público, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, tendo defendido a dissertação A Luta Pela Efetividade da Jurisdição. Título de Notório Saber Jurídico, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, pela unanimidade de seu Colegiado Superior, em votação secreta, em 2005. Atualmente exerce a função de Presidente do Superior Tribunal de Justiça, tendo sido empossado em 3 de setembro de 2008. Ministro do Superior Tribunal de Justiça, nomeado em 5 de maio de 1992, posse e exercício em 22/5/1992, tendo julgado, até quando foi ocupar o cargo de Corregedor Nacional de Justiça, em 15/6/2007, 66.252 (sessenta e seis mil, duzentos e cinquenta e dois processos). No Conselho da Justiça federal Presidente, desde 3 de setembro de 2008. Na Comissão Conjunta de Poderes Judiciários Europeus e Latino-Americanos: Presidente da Comissão, eleito, por aclamação, para mandato de 4 anos, no dia 6 de maio de 2009, em Madri. A Comissão Conjunta representa 41 países da América Latina e da União Européia, integrada por Tribunais Superiores de Justiça e por Conselho de Magistratura das duas regiões. As principais atividades exercidas nos entes jurisdicionais : no Superior Tribunal de Justiça: Presidente em exercício de 22 de julho a 2 de setembro de 2008; Vice-Presidente; Diretor da Revista do STJ; Presidente e Membro da 4ª Turma por treze anos. Presidente e membro da 2ª Seção por treze anos. Membro da 1ª Turma por dois anos. Membro da 1ª Seção por dois anos. Presidente da Comissão de Regimento Interno. Presidente da Comissão de Coordenação. Membro da Comissão de Documentação. Membro do Conselho de Administração. Membro da Comissão de Jurisprudência. No Conselho Nacional de justiça, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, representando o Superior Tribunal de Justiça, de 15/6/2007 a 8/09/2008. Corregedor Nacional de Justiça, de 15/6/2007 a 08/09/2008. Presidente da Comissão de Informática, Modernização e Projetos Especiais. No Conselho da Justiça Federal, Presidente em exercício de 22 de julho a 2 de setembro de 2008. Vice-Presidente. Coordenador-Geral da Justiça Federal. Diretor do Centro de Estudos Judiciários. Presidente da Turma Nacional de Uniformização das Decisões dos Juizados Especiais Federais. Presidente do Fórum Nacional de Corregedores da Justiça Federal. Presidente da Comissão Nacional Permanente dos Juizados Especiais Federais. No Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Substituto do Tribunal Superior



Eleitoral, no período de 25/4/2003 a 25/4/2005. Ministro Efetivo do Tribunal Superior Eleitoral, no período de 26/4/2005 a 27/4/2007. Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral, no período de 28/4/2006 a 27/4/2007. Diretor da Escola Judiciária Eleitoral, do TSE, no período de 26/4/2006 a 27/4/2007. Os cargos públicos ocupados antes de ser Ministro foram: Procurador Geral do Município de Fortaleza. Procurador Judicial do Instituto de Previdência do Estado do Ceará. Procurador Judicial da Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará. Juiz do Tribunal Regional do Ceará, por quatro biênios, dois a dois intercalados. No Magistério Superior: Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. Professor de vários cursos de pós-graduação. Integrante de Bancas Examinadoras de vários concursos para Professor e Monitor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. Para consagrar sua experiência e compartilhar seus conhecimentos, ainda reservou parte de seu precioso tempo nas publicações dos seguintes livros: autor do livro A Luta pela Efetividade da Jurisdição, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2007. Autor do livro Clóvis Beviláqua Em Outras Palavras, Fortaleza, Edições UFC, 2007. Co-autor do livro Direito e Medicina - Aspectos Jurídicos da Medicina, Belo Horizonte, Editora Del Rey, 2000. Autor do livro Clóvis Beviláqua, Fortaleza, ed. Fundação Demócrito Rocha, 2001. Co-autor do livro O Novo Código Civil – Estudo em Homenagem ao Professor Miguel Reale, São Paulo, Editora LTr, 2003. No entanto, peço aos meus respeitáveis pares desta Casa Legislativa a apreciação deste Projeto de Decreto Legislativo sobre a atribuição do Título Honorário de Cidadão Piauiense ao Sr. Francisco Cesar Asfor Rocha que, sem sombra de dúvida, vem contribuindo para os magistrados do Piauí e de todo o território nacional na defesa de uma Justiça compromissada por uma sociedade aberta e justa.

**SALA DAS SESSÕES, Palácio Petrônio Portella, em Teresina (PI), 08 de Julho de 2010.**

  
**João Mádisson Nogueira**  
**Deputado Estadual**

[Início](#)   [Links](#)   [Fale conosco](#)   [Mapa do site](#)

<a href="#">Conheça o STJ</a>
<a href="#">Ministros</a>
<a href="#">Consultas</a>
<a href="#">Licitações e contratos públicos</a>
<a href="#">Concursos e estágios</a>
<a href="#">Biblioteca</a>
<a href="#">Relações internacionais</a>
<a href="#">Estatuto</a>

Discursos

Francisco Cesar Asfor Rocha

Dados Pessoais



Nascimento: 5 de fevereiro de 1948, em Fortaleza - CE.  
Filiação: Alcimor Aguiar Rocha e Siria Maria Asfor Rocha.

Formação Acadêmica

Bacharel em "Ciências Jurídicas e Sociais", pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, em 1971, tendo sido o Orador da Turma, por concurso e posterior aprovação pelos Colegas.

Curso de Especialização em Teoria Geral do Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará.

Mestre em Direito Público, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, tendo defendido a dissertação A Luta Pela Efetividade da Jurisdição.

Título de Notório Saber Jurídico, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, pela unanimidade de seu Colegiado Superior, em votação secreta, em 2005.

Funções Atuais

No Superior Tribunal de Justiça:

Presidente, desde 3 de setembro de 2008.

Ministro do Superior Tribunal de Justiça, nomeado em 5 de maio de 1992, posse e exercício em 22/5/1992, tendo julgado, até quando foi ocupar o cargo de Corregedor Nacional de Justiça, em 15.6/2007, 66.252 (sessenta e seis mil, duzentos e cinquenta e dois processos).

No Conselho da Justiça Federal:

Presidente, desde 3 de setembro de 2008.

Na Comissão Conjunta de Poderes Judiciários Europeus e Latino-Americanos:

Presidente da Comissão, eleito, por aclamação, para mandato de 4 anos, no dia 6 de maio de 2009, em Madrid. A Comissão Conjunta representa 41 países da América Latina e da União Europeia, integrada por Tribunais Superiores de Justiça e por Conselho de Magistratura das duas regiões.

Principais Atividades Exercidas

No Superior Tribunal de Justiça:

Presidente em exercício de 22 de julho a 2 de setembro de 2008;

Vice-Presidente;

Diretor da Revista do STJ;

Presidente e Membro da 4ª Turma por treze anos

Presidente e membro da 2ª Seção por treze anos

Membro da 1ª Turma por dois anos.

Membro da 1ª Seção por dois anos

Presidente da Comissão de Regimento Interno.  
Presidente da Comissão de Coordenação.  
Membro da Comissão de Documentação.  
Membro do Conselho de Administração.  
Membro da Comissão de Jurisprudência.

**No Conselho Nacional de Justiça:**

Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, representando o Superior Tribunal de Justiça, de 15/6/2007 a 6/09/2008.  
Corregedor Nacional de Justiça, de 15/6/2007 a 06/09/2008.  
Presidente da Comissão de Informática, Modernização e Projetos Especiais.

**No Conselho da Justiça Federal:**

Presidente em exercício de 22 de julho a 2 de setembro de 2008.  
Vice-Presidente.  
Coordenador-Geral da Justiça Federal.  
Diretor do Centro de Estudos Judiciários.  
Presidente da Turma Nacional de Uniformização das Decisões dos Juizados Especiais Federais.  
Presidente do Fórum Nacional de Corregedores da Justiça Federal.  
Presidente da Comissão Nacional Permanente dos Juizados Especiais Federais.

**No Tribunal Superior Eleitoral:**

Ministro Substituto do Tribunal Superior Eleitoral, no período de 25/4/2003 a 25/4/2005.  
Ministro Efetivo do Tribunal Superior Eleitoral, no período de 26/4/2005 a 27/4/2007.  
Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral, no período de 28/4/2006 a 27/4/2007.  
Diretor da Escola Judiciária Eleitoral, do TSE, no período de 26/4/2006 a 27/4/2007.

**Cargos Públicos ocupados antes de ser Ministro:**

Procurador Geral do Município de Fortaleza.  
Procurador Judicial do Instituto de Previdência do Estado do Ceará.  
Procurador Judicial da Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará.  
Juiz do Tribunal Regional do Ceará, por quatro biênios, dois a dois intercalados.

**No Magistério Superior:**

Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará.  
Professor de vários cursos de pós-graduação.  
Integrante de Bancas Examinadoras de vários concursos para Professor e Monitor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará.

**Atividades na Advocacia:**

Advogado militante, inscrito na OAB-CE, desde 1972 até a posse como Ministro.  
Vice-Presidente do Conselho Seccional do Ceará da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE).

**Instituições a que é afiliado:**

Associado da AJUFE (Associação dos Juizes Federais).  
Associado da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros).  
Membro do Instituto dos Advogados do Ceará.  
Membro Honorário do Instituto dos Advogados Brasileiros.  
Membro Honorário do Instituto dos Advogados de São Paulo.  
Membro Honorário do Instituto dos Advogados do Pará.  
Membro fundador do Instituto dos Magistrados do Ceará.  
Membro Titular do Conselho Consultivo do Instituto Brasileiro de Ciências Jurídicas (IBCI).

**Livros Publicados:**

Co-autor do livro Direito e Medicina - Aspectos Jurídicos da Medicina, Belo Horizonte, Editora Del Rey, 2000.  
Autor do livro Clóvis Beviláqua, Fortaleza, Ed. Fundação Demócrito Rocha, 2001.  
Co-autor do livro O Novo Código Civil - Estudo em Homenagem ao Professor Miguel Reale, São Paulo, Editora LTr, 2003.  
Autor do livro A Luta pela Efetividade da Jurisdição, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2007.  
Autor do livro Clóvis Beviláqua Em Outras Palavras, Fortaleza, Edições UFC, 2007.  
Autor do livro Cartas a um jovem juiz - Cada processo hospeda uma vida, Rio de Janeiro, Editora Elsevier - Campus, 2009.

**Prefácio de livros:**

Temas de Direito Administrativo e Tributário, de Napoleão Nunes Mara Filho, Fortaleza, UFC, Coleção Alagadigo Novo, 1998.  
Direito das Coisas, vol. I, de Clóvis Bevilacqua, Brasília, reeditado pelo Senado Federal, Coleção História do Direito Brasileiro, Direito Civil, Brasília, 2003.  
Recursos Especial e Extraordinário, de Mantovanni Colares Cavalcante, São Paulo, Dialética, 2003.  
Da Moeda ao Ativo Financeiro, Brasília, de Francisco Adalberto Nóbrega, Brasília, Editora Brasília Jurídica, 2004.  
Direito Desportivo: Novos Rumos e Rupturas, de Álvaro Melo Filho, Belo Horizonte, Editora Del Rey, 2004.  
Direito Constitucional e Teoria Política - Temas Contemporâneos, de Alcimor Aguiar Rocha Neto, Fortaleza, Impreco, 2005.  
Informativo de Jurisprudência do Conselho Nacional de Justiça, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2008  
Tópicos de Filosofia do Direito I, de Oscar Dalva e Souza Filho, Fortaleza, ABC Editora, 2007

**Outros escritos:**

Apresentação do livro Alacque Bezerra, a Madrinha de Juazeiro, Fortaleza, ABC Editora, 2007.  
Diversos trabalhos doutrinários em revistas especializadas  
Letrista das dez músicas do disco Parceiros, cujas melodias são de autoria de Raimundo Fagner e Amaro Pena, 2007.

**Seminários, Palestras, Conferências e Visitas Oficiais:**

Participação, como conferencista, palestrante, expositor, debatedor, convidado especial ou representando o Superior Tribunal de Justiça e o Conselho Nacional de Justiça, em visita oficial, no Brasil e no Exterior (Argentina, Chile, Costa Rica, Espanha, Estados Unidos, França, Peru, Portugal, San Salvador, Venezuela e Uruguai), em congressos, seminários, simpósios, painéis e outros encontros de natureza cultural e científica, bem como em reunião de Presidentes dos Tribunais Superiores de Justiça.

**Condecorações, Títulos, Medalhas:**

**Poder Judiciário**

**Poder Judiciário Federal**

**1 - Justiça Federal**

Grande Colar da Ordem do Mérito Pontes de Miranda, pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em 1999.  
Medalha Juiz Federal Roberto de Queiroz, do Mérito Cearense Judiciário Federal, pela Seção Judiciária do Ceará, em 2004

**2 - Justiça Eleitoral**

Medalha do Mérito Eleitoral do Ceará, pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, em 1999.  
Medalha do Mérito Eleitoral do Distrito Federal, pelo Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, em 2004.  
Medalha do Mérito Eleitoral de Alagoas, pelo Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, em 2006.

**3 - Justiça do Trabalho**

Medalha do Mérito Judiciário do Trabalho, no Grau de Comendador, pelo Tribunal Superior do Trabalho, em 1991; promovido ao grau de Grande Oficial, em 2007; promovido ao grau Grã-Cruz, em 2006.  
Medalha da Ordem Alencarina do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau de Grã-Cruz, pelo Tribunal Regional do Trabalho do Ceará, em 1997.  
Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no Grau de Grã-Cruz, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - São Paulo - 2008.

**4 - Justiça Militar**

Ordem do Mérito Judiciário Militar, no Grau de Alta Distinção, pelo Superior Tribunal Militar, em 2006.  
Ordem do Mérito Judiciário Militar, no Grau de Grã-Cruz, pelo Superior Tribunal Militar, em 2009.

**5 - Poder Judiciário Estadual**

Medalha do Mérito Judiciário, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, em 1992.  
Colar do Mérito Judiciário, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em 1994.  
Medalha do Mérito Judiciário, pela Associação Cearense dos Magistrados, em 1994.  
Designação de seu nome à Casa do Magistrado, em Fortaleza, pela Associação Cearense dos Magistrados, em 1994.  
Medalha do Mérito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, pelo Tribunal Justiça do Estado do

Ceará, em 1998.

Medalha do Mérito Cultural, pelo Instituto dos Magistrados Brasileiros, em 2001.

Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Estado do Pará, no Grau Grão Cruz, pelo Tribunal de Justiça do Pará, em 2005.

Colocação de seu busto, pela Associação Cearense dos Magistrados, em sua sede praiana, em 2005.

Comenda Desembargador Moura Castro, pelo Tribunal de Justiça de Alagoas, em 2007.

Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios, em 2008.

Medalha do Mérito Judiciário – Desembargador Joaquim Nunes Machado – no Grau Grão-Colar de Alta Distinção, pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em 2008.

Colar do Mérito Judiciário, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, em 2008.

Medalha do Mérito da Magistratura, em homenagem ao IV Centenário do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, em 2009.

Medalha de Alta Distinção da Justiça Eleitoral Paraibana e Diploma do Mérito Eleitoral, pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, em 2009.

Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios, no Grau de Grão-Colar, por promoções, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, em 2010.

Medalha Desembargador Julio Carlos de Miranda Bezerra, pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará - ESMEC, em 2010.

#### **6 - Ordem dos Advogados do Brasil**

Troféu Clovis Beviláqua, da Seccional do Ceará, em 1990.

Medalha Professor Miramar da Ponte, da Associação dos Advogados Processualista do Ceará, em 1997.

Colar do Mérito Advocatício, da Seccional do Pará, em 2004.

O II Congresso Ibero-Americano em Direito Tributário, foi realizado em sua homenagem, pela Seccional do Ceará, em 2005.

Placa Laureia de Mérito pelos serviços prestados ao Poder Judiciário, pelo Conselho Seccional da OAB-SP, em 2008.

Medalha Soraia Pinto, pela Associação Brasileira dos Advogados - Piauí, em 2008.

#### **7 - Poder Legislativo**

Cidadão Honorário de Camocim/Ceará, terra onde nasceu o seu saudoso genitor, em 1996.

Cidadão Honorário do Estado do Rio de Janeiro, concedida pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em 2002.

Medalha Tiradentes, concedida pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em 2002.

Título de Benemerito do Estado do Rio de Janeiro, concedido pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em 2002.

Cidadão Paraibano, outorgado pela Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, em 2007.

Medalha de Mérito Jurídico Tarcisio de Miranda Eurity, outorgada pela Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, em 2007.

Medalha Pedro Ernesto, concedida pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em 2008.

Diploma de Homenagem pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado do Ceará, em 2008.

Título de Cidadão Honorário do Município do Rio de Janeiro, pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em 2008.

Comenda "Prêmio Américo Barreira", concedida pela União dos Vereadores e Câmaras do Ceará, em 2009.

Título de Cidadão Honorário do Estado de Alagoas, outorgado pela Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas, em 2010.

Título de Cidadão Paulistano, outorgado, por Decreto, pela Câmara Municipal de São Paulo, em 2010.

#### **8 - Ministério Público**

Medalha do Mérito do Ministério Público Promotor de Justiça Francisco José Lins do Rego Santos, categoria Medalha de Honra, pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, em 2008.

#### **9 - Poder Executivo**

Medalha da Ordem do Mérito de Brasília, no grau de Grande Oficial, por Decreto, pelo Governo do Distrito Federal, em 2002.

Grande Medalha da Inconfidência, pelo Governo do Estado de Minas Gerais, em 2005.

Medalha José Moreira da Rocha, pela Casa Militar do Governo do Estado do Ceará, em 2005.

Ordem do Mérito Naval, no Grau de Grande Oficial, pela Marinha do Brasil, em 2007.

Ordem do Mérito Militar, no Grau de Comendador, pelo Exército Brasileiro, em 2003, promovido ao Grau de Grande Oficial, em 2008.

Ordem do Mérito Aeronáutico, no Grau de Grande-Oficial, pelo Ministério da Defesa - Comando da

Aeronáutica, em 2008.  
Ordem do Mérito da Defesa, no Grau de Grã-Cruz, pelo Ministério da Defesa, em reconhecimento pelos relevantes serviços prestados às Forças Armadas do Brasil, em 2008.  
Ordem do Ipiranga, no grau Grã-Cruz, pelo Governo do Estado de São Paulo, em 2008.  
Medalha da Abolição, por Decreto, pelo Governo do Estado do Ceará, em 2009.  
Ordem do Rio Branco, no grau de Grande Oficial, por Decreto, pelo Presidente da República Federativa do Brasil, em maio de 2009.  
Medalha do Mérito do Estado da Paraíba - Governador Antonio Mariz, por Decreto, pelo Governo do Estado da Paraíba, em 2009.  
Título de Visitante Ilustre da Cidade de Campo Grande-MS, por Decreto, pela Câmara Municipal de Campo Grande-MS, em 2009.  
Medalha do Mérito Marechal Floriano Peixoto, por Decreto, pelo Governador do Estado de Alagoas, em 2010.  
Medalha do Mérito do Estado do Amazonas, no Grau de Grande-Oficial, por decreto, pelo Governador do Estado do Amazonas, em 2010.

**10 - Universitárias**

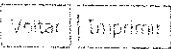
Nome da Turma de Bacharelados da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, da Turma de 2000-2.  
Patrono da Turma de Bacharelados do Centenário da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, da Turma de 2002-2.  
Patrono da Turma de Bacharelados da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, da Turma de 2003-2.  
Patrono do Curso de Direito da Universidade de Fortaleza-UNIFOR.  
Paraninfo do Curso de Direito da Universidade de Fortaleza- UNIFOR.  
Patrono do Curso de Administração da Universidade de Fortaleza-UNIFOR.  
Medalha do Mérito Cultural Farias Brito, pela Faculdade de Direito Farias Brito, Fortaleza, 2008.  
Diploma de Professor Honorário da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - 2008.

**11 - Outras Instituições**

Troféu Sereia de Ouro, pelo Sistema Verdes Mares de Comunicação, do Ceará, em 1997.  
Troféu Polícia Federal pelo Sindicato dos Delegados da Polícia Federal - Região Nordeste e Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, em 2007.  
Placa em homenagem a atuação no Superior Tribunal de Justiça, conferida pelo Congresso Brasil 2008 - 20 Anos da Constituição Federal, em 2008.  
Título de Personalidade Jurídica do ano de 2008, conferido pelo Instituto Sul-mato-grossense de Direito Público, em 2009.

**Academias:**

Membro da Academia Cearense de Letras, ocupando a Cadeira 22.  
Membro Honorário da Academia Brasileira de Letras Jurídicas.  
Título de Menção Honrosa concedido pela Academia Paulista de Direito, em 2006







## Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça  
para os devidos fins.

Em 13 / 07 / 10

Elvágis  
Constituição de Maria Luges Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Antonio

Uchoa  
para relatar.

Em 13 / 07 / 10

[Assinatura]  
Presidente Comissão de Constituição  
e Justiça



# ***Assembléia Legislativa do Estado do Piauí***

---

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 13 de 08 de julho de 2010**

**PROCESSO : AL 1094/10**

**AUTOR: DEPUTADO JOÃO MÁDISON**

**RELATOR: DEPUTADO ANTÔNIO UCHÔA**

## **I - RELATÓRIO**

Encaminhado a esta relatoria nos termos do Art. 61 da Constituição Estadual combinado com o artigo 139 do Regimento Interno, apresentamos parecer ao Decreto Legislativo Nº 13 que **Dispõe sobre a atribuição de título de cidadão piauiense ao Bacharel Dr. Francisco Cesar Asfor Rocha.**

## **II – PARECER**

Após análise cuidadosa desta relatoria, alicerçada no estudo da Constitucionalidade, legalidade e boa técnica legislativa, conclui-se:

De acordo com o art. 27, V, “g” do Regimento Interno, **a Assembléia Legislativa do Estado do Piauí poderá expedir decretos legislativos quanto a assuntos de sua competência privativa, notadamente nos casos de:**

**“Art. 27, V, “g” – atribuição de título de cidadão honorário a pessoa que, reconhecidamente, tenha prestado relevantes serviços à comunidade piauiense (...)”**

Neste caso é perfeitamente legal o Decreto Legislativo requerido pelo Deputado João Mádisson, pois se encontra em perfeita sintonia com o Regimento Interno desta Augusta Casa.



# *Assembléia Legislativa do Estado do Piauí*

---

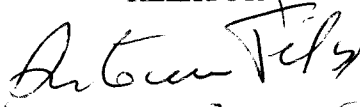
## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### II – VOTO

Com base no artigo 27, V, “g” do Regimento Interno esta relatoria é de parecer favorável pelo normal tramite da presente proposição

SALA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA ASSEMBLÉIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 10 de agosto de 2010.

  
**Dep. ANTÔNIO UCHOA**  
RELATOR

  
Antônio Tely

  
Marcos